

Estudos em Homenagem a

RUI MACHETE

COMISSÃO ORGANIZADORA:

PAULO OTERO
CARLA AMADO GOMES
TIAGO SERRÃO


ALMEDINA

ESTUDOS EM HOMENAGEM A RUI MACHETE

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Paulo Otero
Carla Amado Gomes
Tiago Serrão

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, SA
IMPRESSÃO E ACABAMENTO
PAPELMUNDE

Novembro, 2015

DEPÓSITO LEGAL
400675/15

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objeto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
ESTUDOS EM HOMENAGEM A RUI MACHETE

Estudos em homenagem a Rui
Machete./ comis. org. Paulo Otero,
Carla Amado Gomes, Tiago
Serrão. – (Estudos de homenagem)
ISBN 978-972-40-6182-5
I – OTERO, Paulo, 1963-
II – GOMES, Carla Amado, 1970-
III – SERRÃO, Tiago, 1983-
CDU 342

ÍNDICE

<i>Curriculum vitae</i>	5
Nota Prévia	7
Os vários caminhos da jurisprudência administrativa na aplicação do princípio do aproveitamento do acto administrativo ANA CELESTE CARVALHO	9
Notas sobre a reclamação e os recursos administrativos à luz do Direito europeu ANA FERNANDA NEVES	45
O direito de contratação coletiva e a admissibilidade de intervenções restritivas – o caso particular da Lei nº 23/2012 ANA TERESA RIBEIRO	73
A invalidade do acto administrativo no Código do Procedimento Administrativo de 2015 ANDRÉ SALGADO MATOS	87
O enigma da coroa fechada (as insígnias do Poder) BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER	127
Riscando a culpa do mapa da responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas CARLA AMADO GOMES	151
Inovações em matéria regulamentar no Código do Procedimento Administrativo CARLOS BLANCO DE MORAIS	173

Ainda o Facto do Príncipe... reflexão sobre a unidade de sentido deste instituto no âmbito dos contratos administrativos CLÁUDIA SAAVEDRA PINTO	211
Direito público e poderes de autoridade DIOGO FREITAS DO AMARAL	233
Anotação ao acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Abril de 2014 (processo nº 43607.6TBVRL.P1.S1) DIOGO LEITE DE CAMPOS e MÓNICA CAMPOS	239
Os princípios gerais da atividade administrativa no Código do Procedimento Administrativo depois da sua revisão FAUSTO QUADROS	263
Introdução à Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe FERNANDO LOUREIRO BASTOS	283
A alteração das circunstâncias no direito europeu dos contratos HENRIQUE SOUSA ANTUNES	309
Serviços de pagamento e responsabilidade civil JOÃO CALVÃO DA SILVA	339
Nova regulação e supervisão financeira na União Europeia: passo revolucionário? JOÃO NUNO CALVÃO DA SILVA	377
O crime de burla tributária JORGE DE FIGUEIREDO DIAS e NUNO BRANDÃO	401
Sobre deveres fundamentais JORGE MIRANDA	421
Efetividade e efeito útil – uma garantia de integridade da ordem jurídica da União na jurisprudência do Tribunal de Justiça JOSÉ LUÍS DA CRUZ VILAÇA	439
Fiscalização abstracta da constitucionalidade e direito da União Europeia JOSÉ MANUEL CARDOSO DA COSTA	473
O Direito Administrativo ao longo das últimas décadas JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA	483

A sustentabilidade do Estado Social JOSÉ MELO ALEXANDRINO	499
A constitucionalidade das medidas de controlo das chamadas “rendas excessivas” no sector da energia eléctrica LOURENÇO VILHENA DE FREITAS	511
Tutela impugnatória e tutela petitória contra indeferimentos e omissões de actos administrativos no CPA LUÍS FÁBRICA	533
O princípio da concorrência na actividade da Administração Pública LUIZ CABRAL MONCADA	547
Novos paradigmas da intervenção pública, face às exigências da economia MANUEL LOPES PORTO e MATILDE LAVOURAS	585
A fiscalização das contas das campanhas eleitorais à luz da jurisprudência do Tribunal Constitucional MARGARIDA SALEMA D’OLIVEIRA MARTINS	619
Discrecionariiedade judicial e interesse público no contencioso administrativo português MARIANA MELO EGÍDIO	645
Apontamento sobre o problema da repartição do risco e do reequilíbrio financeiro nos contratos de concessão MÁRIO AROSO DE ALMEIDA	679
Aplicação de medida tutelar a eleitos locais - reflexões de natureza procedimental e processual MÁRIO TAVARES DA SILVA	693
Acordos sobre o conteúdo do acto administrativo a praticar – o artigo 57º, nº 3 do novo CPA MARTA PORTOCARRERO	711
A cláusula geral anti-abuso do Direito Fiscal e a Constituição MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO	739
Administração eletrónica e automatização MIGUEL PRATA ROQUE	755

Da participação de professores na gestão universitária PAULO OTERO	797
Os limites da austeridade e a saída da crise PAULO PITTA E CUNHA	815
O aproveitamento de atos administrativos ilegais PEDRO MACHETE	821
Sanções pecuniárias nos contratos administrativos PEDRO MELO e MARIA ATAÍDE CORDEIRO	835
Normas implícitas e normas constitucionalmente devidas “ad casum” e a pretensa quadratura do círculo processual constitucional RAQUEL ALEXANDRA BRÍZIDA CASTRO	851
Contratação pública eecoinovação RAQUEL CARVALHO	881
O procedimento de execução dos actos administrativos no novo Código do Procedimento Administrativo RUI GUERRA DA FONSECA	905
O direito disciplinar intra-parlamentar regimental RUI MEDEIROS e TIAGO FIDALGO DE FREITAS	931
O dever de anulação do artº 168º, nº 7, do novo CPA e a jurisprudência KÜHNE & HEITZ RUI TAVARES LANCEIRO	959
Um olhar sobre o âmbito da jurisdição dos tribunais administrativos SANDRA LOPES LUÍS	981
Contingentação, transmissão, patrimonialização e coisificação de posições jurídico-administrativas TIAGO ANTUNES	1009
O “Salini test” na arbitragem do ICSID. Still crazy after all these years TIAGO DUARTE	1049
Erro manifesto de apreciação – uma aplicação do princípio da proporcionalidade TIAGO MACIEIRINHA	1069
Do novo regime da responsabilidade administrativa por violação de normas urbanísticas TIAGO SERRÃO e MARCO CALDEIRA	1079

O direito disciplinar intra-parlamentar regimental

RUI MEDEIROS*

TIAGO FIDALGO DE FREITAS**

§ 1.º – Introdução

1. De 1981 a 2011, ter-se-ão registado pelo menos 91 incidentes de violência entre deputados em recintos parlamentares, num total de 32 Estados de todos os continentes¹. Na Câmara dos Comuns britânica, por exemplo, as bancadas do partido que apoia o Governo e da oposição estão afastadas por duas linhas paralelas cuja distância corresponde aproximadamente ao comprimento de duas espadas, não podendo os *members of Parliament* ultrapassá-las durante os debates. Segundo consta, ainda que inexistia evidência histórica nesse sentido, a razão desta separação visava, precisamente, evitar duelos entre deputados².

* Professor associado, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa; sócio, Sérvulo & Associados.

** Assistente convidado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; investigador associado e coordenador executivo, CIDP – Centro de Investigação de Direito Público; investigador de doutoramento, Instituto Universitário Europeu; *of counsel*, Sérvulo & Associados.

¹ C. GANDRUD, *Two sword lengths apart: Credible commitment problems and physical violence in multi-party elected national legislatures*, 2014, p. 13, disponível em <http://goo.gl/VJLXIP> [todos os sítios internet foram consultados, por último, no dia 22/01/2015 e foi utilizado o sítio <https://goo.gl/> para encurtar os respectivos endereços URL]. Para uma perspectiva, os Estados em que estes incidentes violentos têm sido mais comuns são a Coreia do Sul (02/03/1998, 12/03/2004, 22/07/2009 e 08/12/2010), o Perú (29/08/1998, 26/07/2000, 28/06/2006 e 19/05/2011), Taiwan (23/03/2004, 26/10/2004, 30/05/2006 e 08/05/2007) e a Ucrânia (27/04/2010, 24/05/2012 e 14/08/2014).

² Cfr. HOUSE OF COMMONS, *The House of Commons chamber*, 2011, p. 1; C. GANDRUD, *Two sword lengths apart*, p. 2.